



ACÓRDÃO Nº684/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11280/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo – EMTU.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Euler Carlos de Souza Cordeiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2195/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação. Notificação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular as Contas da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU, sob a gestão do **Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro**, presidente à época, referente ao exercício financeiro de 2018, com fundamento no art. 22, III, “b” da Lei Estadual nº 2423/96 face à permanência das **impropriedades** elencadas no **item 9 do Relatório-voto**, nos respectivos subitens ali citados;

10.2. Aplicar Multa ao gestor, **Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do artigo 54, VI da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, face à permanência das impropriedades elencadas no item 9 do Relatório-Voto, pela prática de atos com grave infração à norma legal,



ACÓRDÃO Nº684/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, . Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - Emtu que:

- 10.3.1.** Edite ato normativo visando a estabelecer regras com critérios objetivos e formulários padronizados para a concessão de combustíveis;
- 10.3.2.** Edite ato normativo visando a estabelecer regras para a concessão de diárias;
- 10.3.3.** Observe com rigor o estipulado no art. 94 da Lei nº 4.320/64, que estabelece normas e procedimentos para salvaguarda de bens públicos;
- 10.3.4.** Observe com rigor as regras e a procedimentos definidos na Lei no. 8.666/93 para a cessão de uso dos bens públicos, bem como para as demais licitações e contratos firmados pela entidade;

10.4. Determinar à SECEX que as próximas comissões de inspeções deste Tribunal, que futuramente irão fiscalizar a EMTU de Presidente Figueiredo, verifiquem:

- 10.4.1.** Se foram observados os procedimentos da Lei nº 8.666/93, no sentido de licitar e formalizar as Cessão de Uso de Bem Público relativamente aos imóveis do Terminal Rodoviário;
- 10.4.2.** Se a Lei n. 12.527/2011 está sendo cumprida, sob pena de, caso haja reincidência neste tipo de infração, aplicação de multa ao gestor que venha a assumir a direção da EMTU;
- 10.4.3.** Verifique se os arts. 67 e 68 da Lei n. 8.666/93 e art. 94 da Lei 4.320/64, estão sendo cumpridos, sob pena de, caso haja reincidência, aplicação de multa ao gestor;



ACÓRDÃO Nº684/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5. Notificar o Sr. Euler Carlos de Souza Cordeiro, e a Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - Emtu sobre o teor desta decisão, com cópia do Relatório-Voto e deste -Acórdão para sua ciência e, querendo, apresentarem o devido recurso;

10.6. Determinar ao SEPLENO que após o trânsito em julgado, efetue o registro e proceda ao posterior arquivamento, nos moldes regimentais.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Julho de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral